

*Perspectiva benvenistiana de língua: considerações iniciais
para pensar uma interface com a lingüística aplicada ao
ensino*

Neiva Maria Tebaldi Gomes

Centro Universitário Ritter dos Reis, Porto Alegre - Brasil

Resumo

Apresenta reflexões, baseadas em Benveniste, que permitem ampliar a compreensão do uso que o locutor faz para se enunciar e produzir discursos, condição necessária para pensar a língua em situação de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: língua - linguagem (inter)subjetividade - enunciação - discurso - ensino-aprendizagem

Abstract

Based on Benveniste, some reflections that allow to enlarge the understanding of the way the speaker enunciates and produces discourses , a necessary condition to think language in its teaching and learning context , are presented.

Key words: language - performance - (inter) subjectivity - enunciation - discourse - teaching and learning

Introdução

Quando Benveniste diz, em entrevista,¹ que “qualquer pessoa pode fabricar uma língua, mas (que) ela não existe, no sentido mais literal, desde que não haja dois indivíduos que possam manejá-la como nativos”, quer, certamente, destacar o caráter essencialmente social de uma língua, que é concebida por ele, antes de qualquer outra coisa, como um consenso coletivo. Assim, diz que, quando a criança aprende uma língua, o processo parece instintivo, tão natural quanto seu crescimento físico, mas o que ela aprende não é o exercício de uma faculdade “natural”, é o próprio mundo do homem².

E como ele mesmo lembra, “não há existência comum sem língua(gem). Conseqüentemente é impossível datar as origens da linguagem, não mais que as origens da sociedade”³.

Essa estreita relação entre língua e sociedade é reafirmada com freqüência em seus textos:

[...] somente a língua torna possível a sociedade. A língua constitui o que mantém juntos os homens, o fundamento de todas as relações que por seu turno fundamentam a sociedade⁴.

Não é a língua que se dilui na sociedade, é a sociedade que começa a reconhecer-se como “língua”.⁵

Com efeito, percebe-se que o *social* de que trata Benveniste é o da própria natureza do homem: “é um homem falando com outro homem que encontramos no mundo”. A perspectiva benvenistiana de língua configura-se, pois, inicialmente por sua natureza e função social que permite ao homem, pela apropriação, encadeamento e adaptação dos diferentes signos, significar e ressignificar. A apropriação da língua pelo homem “é algo fundamental: o processo dinâmico da língua, que permite inventar novos conceitos e por conseguinte refazer a língua, sobre ela mesma de algum modo”⁶.

1 Benveniste: a língua enquanto modo de significar

A apreensão do conceito de língua que perpassa a obra benvenistiana passa necessariamente pela discussão do conceito de signo quanto à sua forma de significar, sendo que Benveniste propõe, para este, duas modalidades de sentido: o semiótico e o semântico. A primeira é a do signo saussuriano concebido como uma unidade do sistema, dotada de sentido; a segunda, a modalidade semântica, representa o sentido resultante do encadeamento, da apropriação pela circunstância e da adaptação dos diferentes signos entre si. E esse modo de significar é o da língua como atividade, como uso, que pressupõe, evidentemente, a forma.

Na perspectiva lingüística de Benveniste há, pois, um alargamento do ponto de contemplação do signo: da sua função como unidade de um sistema formal à função semântica no enunciado, ou seja, a contemplação do uso efetivo da língua por um locutor.

A abordagem lingüística benvenistiana trata não das origens, mas dos fundamentos da língua e “como fundamento de tudo encontra-se o simbólico da língua como poder de significação. [...] A simbolização, o fato que justamente a língua é o domínio do sentido. E, no fundo, todo o mecanismo da cultura é um mecanismo de caráter simbólico”⁷. A língua é um sistema (simbólico) significante que tem o signo como uma unidade de base e a vemos sempre no seio da sociedade, no seio de uma cultura. Para Benveniste, “o homem não nasce na natureza, mas na cultura” e nenhuma língua é separável de sua função cultural.

Para tratar de seu objeto de estudo - a língua -, Benveniste recorre ao caminho aberto por Saussure⁸, que diz que é preciso separar a *língua* da *linguagem*. A linguagem, para Saussure, é uma faculdade humana da qual a língua é apenas uma parte; a língua é um produto social e um conjunto de convenções necessárias para permitir o exercício da faculdade da linguagem nos indivíduos. Diz que a linguagem tomada em seu todo é multiforme e heteróclita; ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica; ela pertence, ao mesmo tempo, ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria dos fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade. A língua, ao contrário, “é um todo por

si e um princípio de classificação” - um sistema, e como tal suas unidades são passíveis de descrição e análise.

Benveniste retoma essa discussão de Saussure que apresenta a língua como um sistema dentro do conjunto de fatos humanos - o conjunto dos sistemas de expressão que integrariam a ciência que ele (Saussure) estava buscando - a Semiologia, uma espécie de “macrociência”. Nessa ciência, segundo Saussure ainda, caberia ao psicólogo a tarefa de determinar o lugar exato da semiologia e ao lingüista, a de definir o que faz da língua um sistema especial no conjunto dos fatos semiológicos. Mas ao elaborar para a lingüística o instrumento de sua semiologia - o signo lingüístico - Saussure imprime-lhe já uma certa primazia entre os sistemas que compõem o conjunto dos sistemas de expressão.

Benveniste confirma esse lugar de destaque da língua entre os demais sistemas significantes: “Toda semiologia de um sistema não-lingüístico deve pedir emprestada a interpretação da língua, não pode existir senão pela e na semiologia da língua. [...] A língua é o interpretante de todos os outros sistemas, lingüísticos e não-lingüísticos”⁹.

É deste modo que, após trazer à discussão o signo saussuriano, ele retoma a questão que considera central - a do estatuto da língua em meio aos demais sistemas de signos - iniciando pela tarefa que considera fundamental: esclarecer a noção e o valor do signo para um sistema. Diz que o signo é necessariamente uma unidade, mas nem toda a unidade de um sistema pode ser um signo. No entanto, diz estar seguro de que a língua é feita de unidades e que estas unidades são signos. Considerado como unidade, o signo é idêntico a si mesmo, mas pura alteridade¹⁰ em relação a qualquer outra base significante da língua, material necessário da enunciação. E justamente por esse último aspecto, Benveniste avança e dirige a discussão para a abertura de uma nova dimensão de significância do signo, a do discurso, que passa a denominar de *semântica*.

Com a dimensão semântica entramos no modo de significar que é engendrado pelo discurso (a língua considerada atividade, a língua em funcionamento). E aqui, segundo o próprio Benveniste, os problemas que se

colocam são relativos à função da língua como produtora de mensagens.

Ora, a mensagem não se reduz a uma sucessão de unidades que devem ser identificadas separadamente; não é uma adição de signos que produz o sentido, é, ao contrário, o sentido (o “intencionado”), concebido globalmente, que se realiza e se divide em “signos” particulares, que são as PALAVRAS¹¹

Tomando a dimensão semântica da língua como objeto de estudo, Benveniste amplia as possibilidades de compreensão e de descrição da língua, ampliando, em conseqüência, o leque de possibilidades de análise de uma ciência lingüística ainda muito pautada pelo paradigma estrutural. E isso fica evidenciado quando apresenta a língua como “o único modelo de um sistema que é semiótico simultaneamente na sua estrutura formal e no seu funcionamento”¹²:

- 1º. ela se manifesta pela enunciação, que contém referência a uma situação dada; falar é sempre falar-de;
- 2º. ela consiste formalmente de unidades distintas, sendo que cada uma é um signo;
- 3º. ela é produzida e recebida nos mesmos valores de referência por todos os membros de uma comunidade;
- 4º. ela é a única atualização da comunicação intersubjetiva¹³.

Por estas propriedades, a língua apresenta-se como sistema produtor de sentidos, uma organização semiótica por excelência e o único sistema, entre os demais sistemas significantes, capaz de comportar simultaneamente a significância dos signos e a significância da enunciação; um sistema capaz de dar conta do modo e da dinâmica da significância que se produz pelo discurso.

2 Ainda a relação de Benveniste com Saussure

A linguagem, porém, é realmente o que há de mais paradoxal no mundo, e infelizes daqueles que não o vêem. [...] Quanto mais penetrarmos no mecanismo da significação, melhor veremos que as coisas não significam em razão do seu serem-isto substancial, mas em virtude de traços formais que as distinguem das outras coisas da mesma classe e que nos cumpre destacar.¹⁴

Pouco ou nada de novo talvez ainda se possa dizer dessa relação já bastante explorada no meio acadêmico, principalmente. Os recortes aqui trazidos e retextualizados visam apenas a dar conta da abordagem enfocada por este artigo - traçar a perspectiva lingüística de Benveniste, pinçando recortes que possam servir de subsídio teóricos para pensar (e compreender melhor) a língua em situação de ensino-aprendizagem.

Nesse intuito, é preciso lembrar que Benveniste, como estruturalista, assume as formulações teóricas de Saussure¹⁵, mas procura desenvolver o que no *Curso* é um elemento central, mas insuficientemente elaborado, a questão da significação que, pensada a partir do discurso (entendido como a língua em funcionamento), vai se refletir no estudo da enunciação. Pela noção de enunciação Benveniste diferencia o seu projeto teórico do de Saussure e abre possibilidades para interfaces, entre quais acreditamos possível situar a da enunciação com a lingüística aplicada.

É preciso reconhecer, no entanto, que o embrião para uma lingüística que viesse tratar “da atividade de quem fala” já estava, de alguma forma, embora mais relacionada com o aspecto individual e psico-físico da linguagem, presente no Curso de Lingüística Geral: “a atividade de quem fala deve ser estudada num conjunto de disciplinas que somente por sua relação com a língua têm lugar na Lingüística”¹⁶. A percepção de um outro domínio lingüístico transparece igualmente nas reflexões sobre a dicotomia língua/fala, quando Saussure busca definir o objeto de estudo da lingüística que entende como “Lingüística da Língua” em oposição a uma “Lingüística da fala: o lado executivo”¹⁷ fica de fora, pois a sua execução jamais é feita pela massa; é sempre individual e dela o indivíduo é sempre senhor; nós a chamaremos de **fala** (*parole*)¹⁸.

Da lingüística de Benveniste, talvez seja mais acertado dizer que é uma continuidade dos estudos de Saussure cujo ponto de vista determinou, na ocasião, o estudo da língua (sistema) como objeto: “unicamente desta última é que cuidaremos, e se por acaso, no decurso de nossas demonstrações, pedirmos luzes ao estudo da fala, esforçar-nos-emos para jamais transpor os limites que separam os dois domínios”¹⁹. Diria que se tratou de uma opção por um objeto

teórico - língua/sistema -, o que não significava, certamente, desconhecimento da existência de outras possibilidades de abordagens para o estudo da língua, porque como ele próprio já alertava “é o ponto de vista que cria o objeto”.

Para entender melhor o que une os dois lingüistas e em que medida o segundo se aproxima do primeiro, contribuem leituras como a de *Os termos da enunciação em Benveniste*, de Normand²⁰, entre tantas outras. Esse texto tem origem num estudo em que a autora se propõe a caracterizar os passos de Benveniste a partir do “cerne terminológico da teoria”, ou seja, pelo conjunto de termos pelos quais ele tenta cercar o conceito de *significação*, visando colocar de maneira operatória os problemas relacionados ao sentido.

Segundo a autora, veremos, nesse percurso benvenistiano, “um movimento de alternância de abertura e fechamento: abertura em análises de língua ‘intermináveis’ (no sentido em que elas são solicitação a perseguir); fechamento na ilusão de uma possível teoria global, ‘fantástica’, do sentido e da cultura [...]”. Estes dois aspectos se manifestam nos textos de Benveniste sob a figura de oposição *interno/externo*²¹. E, para Normand, é esta clivagem herdada da formulação lingüística de Saussure que ele quer, através de incessantes formulações, ultrapassar. Diz que em todas as suas análises da significação encontramos, em graus diversos, uma mesma tentativa de conciliação: só levar em conta a “singularidade do objeto língua entre todos os objetos da ciência” e por aí, tratando o “interno”, ele é fiel a Saussure; ao pretender dominar a língua numa teoria coerente, ou melhor, completa, ele é levado a reintroduzir o “externo” e, por esse caminho, a ultrapassar Saussure.

O *externo* aqui tem a ver com a questão do sentido. Mas, segundo Normand, em 1956, Benveniste ainda se limita a distinguir “sintaxe da língua” e “instância do discurso” sem daí deduzir conseqüências teóricas e só em 1962, com a famosa atribuição da frase ao nível do discurso, ele anuncia pela primeira vez a necessidade de duas lingüísticas e faz a proposição de uma segunda. O tema é constantemente retomado até que em 1969 a distinção *Semiótica/Semântica* parece resolver provisoriamente a questão.

Em relação à noção de signo, Benveniste diz que, se o signo corresponde à unidade significativa do sistema lingüístico apenas, não se pode erigi-lo em princípio único da língua em funcionamento discursivo porque o mundo do signo é fechado. Não há transição possível do signo à frase, nem por sintagmatização nem por nenhum outro modo: “Tomado nele mesmo, o signo é puramente idêntico a si mesmo, pura alteridade em relação a qualquer outro, base significativa da língua, material necessário da enunciação”²². É justamente essa impossibilidade de transição do signo como unidade de um sistema à frase (discurso) que o leva a perceber a necessidade de admitir que a língua comporta dois domínios distintos - o semiótico e o semântico - cada um dos quais exigindo suas próprias definições.

A questão da qual se ocupa Benveniste é a ligação *forma-sentido*, da qual o *Curso* apresenta somente os princípios de funcionamento sistêmico. Mas, “longe de desfazer as oposições saussurianas, ele as complica, as reformula, constrói outras, de maneira a retomar o que foi primeiro excluído, o referente e o sujeito, passo necessário se se leva a sério o fato de que numa frase alguém fala de alguma coisa para alguém”²³.

É assim que a língua “informada de significação” passa a ser descrita por ele como um sistema de “dupla significância”: o semiótico e o semântico. O *semiótico* é independente da referência e remete ao modo de significar que é própria do signo e o constitui como unidade do sistema – “pura alteridade em relação a qualquer outro elemento”. O *semântico* toma necessariamente a seu encargo o conjunto de referentes, por isso “a ordem semântica se identifica ao mundo da enunciação e ao universo do discurso”²⁴. Desta forma, segundo Benveniste, a língua é o único sistema em que a significação se articula em duas dimensões.

Em decorrência dessa nova abordagem, Benveniste diz que é necessário ultrapassar a noção saussuriana do signo como princípio único, do qual dependeria simultaneamente a estrutura e o funcionamento da língua, e indica as vias para essa ultrapassagem²⁵: 1) na análise intralingüística, pela abertura de uma nova dimensão de significância, a do discurso, que denomina semântica, em oposição ao do signo, a semiótica; 2) na análise translingüística dos textos pela elaboração de

uma metassemântica que se construirá sobre a semântica da enunciação .

Embora a questão de Benveniste fosse explicitamente a significação, outro aspecto que diferencia suas formulações das de Saussure é o do *sujeito*, já que ao estudar a língua ele encontra sempre o sujeito que fala e dá (ou pensa dar) sentido. Com efeito, a Benveniste é atribuído o mérito de ter dado a esse sujeito um lugar na teoria lingüística. O lugar do sujeito é o da língua em uso, o semântico.

3 A (inter)subjetividade na língua

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem [...]. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição.²⁷

A subjetividade é vista por Benveniste como uma propriedade da língua realizável pela categoria de pessoa. Todavia, o termo *sujeito* empregado nos textos de Benveniste, “é uma mistura bastante vaga de sujeito gramatical, psicológico, filosófico, antes uma retomada do que uma novidade”²⁸. É provável, no entanto, que Benveniste não pretendesse fazer uma teoria do sujeito, já que não encontramos em seus textos elementos suficientes para a construção de uma teoria sobre o sujeito da enunciação. A ausência desse sintagma, segundo Normand, é significativa porque poderia representar o elemento central de uma teoria acabada.

Independentemente de uma teoria acabada ou inacabada, a importância de Benveniste advém, no dizer do historiador Dosse²⁹, “sobretudo, do fato de ter reintroduzido o recalcado no âmago da preocupação da lingüística: o sujeito, por sua abordagem enunciativa”. Segundo Dosse, ele foi essencial ao mostrar que o sistema lingüístico, sem deixar de constituir um sistema, devia tomar em consideração os fenômenos da enunciação.

A subjetividade, na teoria da enunciação de Benveniste, emerge de um processo de intersubjetividade - de um homem falando com outro homem. Por

isso, falar de subjetividade é falar de linguagem, uma vez que “não atingimos nunca o homem (sujeito) separado da linguagem”. É *na* linguagem e *pela* linguagem que o homem se constitui como *sujeito*. Mais precisamente, a subjetividade de que ele trata “é a capacidade do locutor para se propor como sujeito”. E essa subjetividade, segundo Benveniste, “não é mais que a emergência no ser de uma propriedade da linguagem”, propriedade que ele descreve e vê no sistema da língua como realizável pela categoria de pessoa: “É ‘ego’ que diz ego. Os pronomes pessoais são o primeiro ponto de apoio para a revelação da subjetividade na linguagem”³⁰. Deste modo, a teoria dos pronomes e, mais especificamente, a definição da categoria de pessoa é, sem dúvida, o aspecto lingüístico mais importante dos estudos benvenistianos, porque lhe permitiu propor a subjetividade no sistema lingüístico.

A emergência da *subjetividade* instaura-se pela pressuposição de um tu numa implicação mútua *eu-tu*. Ao par *eu/tu* pertence uma correlação especial, a que Benveniste chama de *correlação de subjetividade*, por falta de expressão melhor, conforme ele mesmo diz. É preciso destacar, no entanto, que de fato o que existe é o *eu*, uma vez que o *tu* pode ser apenas pressuposto.

Segundo Benveniste, o que diferencia *eu* de tu é o fato de o primeiro ser interior ao enunciado e exterior a *tu*; porém, exterior de maneira a não suprimir o caráter humano do diálogo que pressupõe a reflexividade, ou seja, a sucessão de atos enunciativos com a possibilidade de troca dos papéis *eu-tu*. É a *inversibilidade* do par *eu-tu*, “relação que o ‘ele’ não estabelece com nenhuma das duas pessoas propriamente ditas, e por meio da qual se marca, no interior da língua, a presença da intersubjetividade”³¹. O *tu* é externo a *eu*, é não subjetivo, porém condição para o reconhecimento do *eu*. Nos termos de Lahud: “[...] ‘eu’ e ‘tu’ não poderiam ser definidos sem referência às instâncias de discurso por meio das quais, dizendo ‘eu’ ou ‘tu’, o locutor arvora-se em sujeito único, unicidade conferida justamente pelos atos aos quais esses signos se vinculam, isto é, pelos ‘atos discretos e sempre únicos pelos quais a língua é atualizada em fala pelo locutor’”.

Em virtude da unicidade e subjetividade inerentes a *eu*, Benveniste³² diz que a pluralização das pessoas não coincide com o plural nominal, isto é, não

corresponde a uma multiplicação de objetos idênticos, mas a uma junção de elementos que não se equivalem. O plural da primeira pessoa, por exemplo, representa a soma de *eu* e o *não-eu*, seja qual for o conteúdo desse *não-eu*: “Em ‘nós’ é sempre ‘eu’ que predomina, uma vez que só há ‘nós’ a partir de ‘eu’ e esse ‘eu’ sujeita o elemento ‘não-eu’ pela sua qualidade transcendente. A presença de ‘eu’ é constitutiva de ‘nós’”.

Benveniste também chama atenção para o *nós* majestático ou para o de modéstia que na verdade representa um *eu* de contornos indefinidos, talvez disfarçado, mas será sempre o *eu* o ponto de referência. O plural do pronome, assim como o do verbo, é fator de ilimitação e não de multiplicação: “Só a ‘terceira pessoa’, sendo não-pessoa, admite um verdadeiro plural”.

Em relação à sua natureza [de pronome], *eu* não constitui uma classe de referência igual a dos nomes e verbos, uma vez que não há “objeto” definível como *eu*. Há a “realidade do discurso” no qual *eu* se atualiza. Daí dizer-se que *eu* e as demais formas pronominais constituem uma classe cuja função se revela na comunicação intersubjetiva. Pertencem ao conjunto de signos “vazios”, não referenciais com relação à realidade, sempre disponíveis, e que se tornam “plenos” assim que o locutor os assume em cada instância do seu discurso³³.

Do campo posicional do sujeito - eu-aqui-agora - decorre a referência de outras classes de pronomes - os indicadores da dêixis - demonstrativos, advérbios, adjetivos, que organizam as relações espaciais e temporais em torno do sujeito tomado como ponto de referência. É assim que tais formas são reconhecidas como índices de subjetividade. Segundo Benveniste, das formas lingüísticas reveladoras da experiência subjetiva, nenhuma é mais rica do que as que exprimem tempo: “[...] o tempo lingüístico é sui-referencial. [...] a temporalidade humana com todo seu aparato lingüístico revela a subjetividade inerente ao próprio exercício da linguagem”³⁴. Trata-se aqui do tempo lingüístico, ou seja, do tempo ligado ao exercício da fala - o tempo do discurso - um tempo presente que é reinventado a cada novo ato enunciativo.

Ainda com o empenho de buscar na enunciação subsídios teóricos para

pensar uma lingüística aplicada, será preciso considerar o estatuto da terceira pessoa (para Benveniste a *não-pessoa*) em relação ao processo de instauração da subjetividade. Nesse sentido, Benveniste diz que

É preciso ter no espírito que a ‘terceira pessoa’ é a forma do paradigma verbal (ou pronominal) que não remete a nenhuma pessoa, porque se refere a um objeto colocado fora da alocação. Entretanto existe e só se caracteriza por oposição à pessoa do *eu* do locutor que, enunciando-a, a situa como ‘não-pessoa’. Esse é seu status. A forma *ele* (...) tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por ‘eu’³⁵.

Para Lahud³⁶, a distinção entre *pessoa* e *não-pessoa* reflete uma oposição mais profunda, cujo traço distintivo essencial é a relação do sentido dos signos com a enunciação. Assim, é justamente a ausência dessa relação direta com a enunciação que faz do *ele* um elemento adequado para designar a realidade objetiva. E é a impossibilidade de se conceber a natureza semântica de *eu-tu* fora de uma remissão à enunciação que os torna “não-referenciais em relação à realidade”, mas auto-referenciais. No dizer do próprio Benveniste³⁷, “é ao mesmo tempo original e fundamental o fato de que essas formas ‘pronominais’ não remetem à ‘realidade’ nem a posições ‘objetivas’ no espaço ou no tempo, mas à enunciação [...]. O seu papel consiste em fornecer o instrumento de uma conversão, a que se pode chamar a conversão da linguagem em discurso”.

Quanto ao *ele*, como o encontramos descrito em Benveniste, pode-se ainda dizer que participa constitutivamente do processo enunciativo (falar é sempre falar de), porém se opondo à relação *eu-tu* implicada mutuamente, não interferindo de forma constitutiva nessa relação³⁸.

Em síntese, a subjetividade de que trata Benveniste é uma propriedade da língua, e é pelo aparato lingüístico (pelo sistema pronominal) que ela emerge.

4 A língua em funcionamento: o aparelho formal da enunciação

Ao ler os textos que compõem o que poderíamos chamar de construção

teórica de Benveniste, percebe-se que ao lado da lingüística da forma ele quer introduzir uma outra lingüística: a da língua em funcionamento ou, mais especificamente, a que vai se preocupar com o emprego e com as condições do emprego da língua, visando buscar a universalidade do processo de enunciação que encontraria na(s) língua(s) o aparato de concretização. A sistematização e a descrição desse aparato lingüístico estão no artigo que ele denominou de *O aparelho formal de enunciação*.

Benveniste entende a enunciação como o colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização, ou seja, é a conversão da língua em discurso. Diz, entretanto, que a enunciação deve ser entendida como o ato mesmo de produzir o enunciado e não como o texto produzido. É este ato de produzir um enunciado e não o texto produzido que elege como seu objeto de estudo. E é deste modo que, partindo de manifestações individuais, ele busca no interior da língua os caracteres formais da enunciação, isto é, a universalidade do processo de enunciação.

Ao tentar configurar o *aparelho formal da enunciação* diz que o ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. E este é um dado constitutivo da enunciação. Ao assumir a língua e enunciar-se, aquele que fala, o locutor “implanta o outro diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro”³⁹. Disso depreende-se que o *eu* efetivamente é condição da enunciação, mas o *tu* pode ser simplesmente pressuposto. A enunciação cria um centro de referência interno (o *eu*) a partir do qual emergem os índices de pessoa no discurso (a relação *eu-tu*) e os de ostensão⁴⁰ (este, aqui, agora e outros).

Para Benveniste, como já vimos, “antes da enunciação a língua não é senão possibilidade de língua”. E há certas categorias lingüísticas cuja referência somente é definida em um processo enunciativo, ou seja, em relação a um *eu*. São os pronomes pessoais e todos os demais dêiticos que passam a expressar a rede de relações que se criam a partir da relação enunciativa, os demonstrativos, certos advérbios, bem como o paradigma inteiro das formas verbais. A temporalidade verbal também é produzida *na* e *pela* enunciação, porque é pelo ato de enunciar que se instaura a categoria de presente da qual decorre toda a categorização

temporal. O presente é propriamente a origem do tempo, ou seja, a partir dele o homem pode estabelecer outros traços ou recortes de temporalidade; “Por fim, na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo”⁴¹.

Como aparelho formal, a língua constitui-se de formas que remetem a alguma realidade (seja referencial ou processual) - as formas referenciais da língua, “entidades de estatuto pleno” - e de formas cuja capacidade de referir somente se atualiza no uso da língua, ou seja, por um ato de enunciação - são as formas “vazias” ou dêiticas, “que não existem senão na rede de ‘indivíduos’ que a enunciação cria e em relação ao ‘aqui-agora’ do locutor”.

Da enunciação, Benveniste ainda diz que o que a caracteriza é “a acentuação da relação discursiva com o parceiro”, seja ele real ou imaginado, individual ou coletivo. Descreve desta forma o que denomina de *quadro figurativo* da enunciação. A origem e o fim da enunciação são apresentados como a estrutura do diálogo, pela qual dois parceiros tornam-se alternativamente protagonistas da enunciação. Alerta-nos sobre a possibilidade de certos jogos ou disputas verbais em que nenhum dos parceiros se enuncia, apenas repete um estoque de provérbios, assumirem apenas aparência de diálogo. (Teriam as falas dos trovadores esse caráter?). Por outro lado, apresenta o “monólogo” como uma variedade de diálogo - um diálogo interiorizado, formulado em “linguagem interior” entre um eu locutor e um eu ouvinte.

A enunciação que Benveniste descreve no aparelho formal é ainda bastante teórica, mas como ele próprio já reconhecia “muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação. (...) Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem. Amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro esboçado aqui”⁴².

5 Esquema pronominal de Benveniste: uma releitura

A utilização do esquema pronominal de Benveniste sofre uma reinterpretação no tocante ao estatuto das pessoas em Martins (1990).

Na teoria benvenistiana, como já vimos, *eu* e *tu* são elementos constitutivos da cena enunciativa porque fora dessa relação de intersubjetividade a linguagem é pura virtualidade. Ao *ele* (não-pessoa) cabe a função representativa ou referencial da linguagem, ou seja, "é um substituto de unidades semânticas que referem fora do circuito da enunciação ao mundo dos objetos, das idéias, das ações". Na condição de substituto dessas unidades, *ele* pertence ao nível sintático da linguagem, onde se dão as operações anafóricas. Por esse seu estatuto é considerado, na teoria de Benveniste, não-constitutivo na relação *eu-tu*.

No entender de Martins, a dissociação *eu-tu* de um lado e *ele* de outro - universo da interpessoalidade e da objetividade, respectivamente, - tem como uma das conseqüências a impossibilidade de separar a enunciação do enunciado. Isso porque, segundo a pesquisadora, Benveniste insere a enunciação dentro do enunciado e a estuda através de suas marcas formais sem prever a interferência constitutiva de um terceiro elemento na relação *eu-tu*. Assim, a relação enunciativa é dada como configurada a partir da enunciação de um *eu*, não sendo aí contemplada a possibilidade de a instauração da subjetividade sofrer qualquer relativização pelo atravessamento de fatores, a princípio, externos a essa relação, como o seria o conteúdo lingüístico da própria enunciação, por exemplo.

Martins lembra que, mesmo em teorias do discurso como a de Bakhtin em que esses conteúdos lingüísticos já eram considerados, não se formulava para a dinâmica da enunciação um esquema em que ficasse claro o papel do conteúdo lingüístico do enunciado na constituição da subjetividade. Por isso, ela vê a necessidade de introduzir o universo da *não-pessoa* na própria estrutura da enunciação. E o faz através de um estudo teórico do diálogo (que se completa com um estudo empírico), investigando sua natureza e a possibilidade de ocorrência do equilíbrio dialógico.

Explica sua reinterpretação afirmando que “podemos dizer que *eu* produz um enunciado pelo ato mesmo da enunciação em que se constitui como locutor e, nesse ato, institui o *tu*, seu interlocutor, ao qual se opõe pelo traço de subjetividade”. E isso já está em Benveniste. Diz que a relação *eu-tu*, entretanto, não é independente do conteúdo lingüístico da enunciação: “Essa relação é definida pelo conteúdo semântico do enunciado”⁴³. E essa é, em síntese, a releitura que Martins faz do quadro teórico de Benveniste.

Em seguida diz que *eu* e *tu* instauram, com o que enunciam, o conteúdo objetivo de sua relação, que ela entende como o universo da *não-pessoa*, e que é o conteúdo semântico desse universo da não-pessoa que vai decidir o caráter da relação interpessoal. Segundo a autora, sem essa consideração a relação *eu-tu* se apresenta abstrata e idealizada, porque o sujeito não se define por tomar a palavra e dizer eu diante de um tu, mas pelo tipo de relação lingüística que o contexto semântico determina.

Para Martins é só pelo enunciado que a enunciação se materializa e pode ser abordada na concretude e historicidade de seus elementos. Essas e outras considerações lhe permitem inverter a perspectiva de Benveniste que concebe a enunciação dentro do enunciado, numa relação indissociável que não permite opor ao *eu* e *tu* um terceiro elemento lingüístico que interfira nessa relação de forma constitutiva.

Assim, contrariamente à proposta original, *ela coloca o enunciado dentro da enunciação*, ou seja, sem contestar a oposição *eu-tu/ele*, apresenta a possibilidade de as pessoas *eu* e *tu* e a *não-pessoa* definirem-se mutuamente. Em outras palavras, diz que a relação intersubjetiva (*eu-tu*) não é independente do conteúdo lingüístico da enunciação. Procedendo desta forma, Martins busca recuperar o traço material e concreto que caracteriza a enunciação enquanto evento historicamente determinado, prevendo a possibilidade de a qualidade da relação *eu-tu* ser relativizada por um terceiro elemento.

Ao reinterpretar *o aparelho formal da enunciação*, entendemos que Martins não desmerece a sistematização do esquema enunciativo de Benveniste, ao contrário,

o qualifica quanto ao seu potencial descritivo da linguagem em termos pragmáticos. A própria autora diz que, embora Benveniste não se acomodasse, na época⁴⁴ havia a necessidade de manter os dois planos - o da visão tradicional da objetividade referencial e o da inserção do sujeito no seu dizer. Hoje, diz, podemos abordar a linguagem só do ponto de vista pragmático e integrar aí todos os planos, sem escândalo. A inclusão do universo da não-pessoa na relação interpessoal confere ao diálogo e à intersubjetividade uma visão menos abstrata.

6 Considerações finais

[...] não existe um fenômeno lingüístico a priori a ser estudado, mas qualquer fenômeno que já tenha sido estudado por outras lingüísticas pode receber o 'olhar' da lingüística da enunciação basta que, para isso, seja contemplado com referência às representações do sujeito que enuncia, à língua e a uma dada situação⁴⁵.

Algumas considerações complementares ao estudo de Benveniste são aqui trazidas como forma de ampliar as possibilidades de visualizar pontos de interface do referencial teórico de Benveniste com a lingüística aplicada.

Concebendo a língua como algo que não se apresenta pronto e estruturado, Possenti (1988) destaca o aspecto constitutivo do processo de enunciação no qual a atividade é, sim, realizada *com* a língua, mas também em relação à língua, ou seja, *sobre* a língua. Diz o pesquisador⁴⁶ que “A atividade do sujeito não se dá apenas em relação ao aparelho formal da enunciação, mas em relação aos e sobre os próprios mecanismos sintático e semântico. É nesta atividade que o sujeito se constitui enquanto tal, e exatamente por essa atividade”.

A presença da subjetividade na linguagem, na perspectiva de Possenti, revela-se no simples ato de falar, por exigir a escolha de certos recursos expressivos, o que exclui outros, e por instaurar certas relações entre locutor e interlocutor. É o trabalho do falante impregnado de subjetividade. “Esta subjetividade, o locutor pode fazê-la ressaltar ou apagar-se, segundo se submeta mais ou menos fortemente às expectativas institucionais”⁴⁷.

Para ressaltar o fato de que as línguas são o resultado do trabalho dos falantes, Possenti adota o conceito de constituição, situando-se a meio caminho entre o que implica a noção de apropriação (cujo emprego considera um tanto problemático em Benveniste) e o que implica a noção de criação. Nem um sistema já todo pronto para ser assimilado, nem um discurso fruto apenas da criação: entre o que é dado da língua e o discurso produzido há a atividade de um sujeito. Assim, “*produzir* um discurso é continuar agindo com essa língua não só em relação a um interlocutor, mas também sobre a própria língua”. Por isso, “os interlocutores não são nem escravos nem senhores da língua. São trabalhadores”⁴⁸.

O trabalho dos locutores é entendido por ele como a seleção de um conjunto de recursos expressivos, ao invés de outros, para produzir sobre o interlocutor determinados efeitos. Por efeitos entende informar, impressionar, identificar-se, convencer, obter uma resposta ou outro efeito qualquer intencionado com o discurso. Mas esse trabalho pode ser estendido a uma esfera mais ampla: assim, se, por um lado, a linguagem se constrói no processo interativo, entre um *eu* e um *tu* (como queria Benveniste), por outro, diz o autor, não se pode ignorar que as possibilidades concretas dessa interação se situam na dimensão social e discursiva da palavra já “povoada” (no sentido bakhtiniano). Esses eventos interativos produzem, então, discursos que agem não apenas sobre o outro, mas sobre a palavra já “povoada”, ou seja, sobre os próprios discursos.

Já nos encaminhando para o término desta enunciação, acreditamos poder inferir do exposto que a interface pretendida é possível, primeiramente, pela própria perspectiva de língua que se delineia no percurso teórico benvenistiano, que vai da lingüística da forma de Saussure ao desenvolvimento de um modelo de análise da língua voltado à enunciação; segundo pela própria natureza de suas reflexões que contemplam a linguagem e a experiência humana pelo aspecto da constituição da subjetividade lingüística. São reflexões de abrangência interdisciplinar, filosóficas, sociológicas, antropológicas, culturais entre outras, que permitem compreender não apenas o fenômeno lingüístico familiar no uso, mas próprio o *homem na língua*. A análise da língua que serve à enunciação e o sujeito dessa enunciação, com todos os desdobramentos que se apresentam no uso lingüístico, é mais concretamente o campo de interface.

Deste modo, acreditamos poder buscar, na lingüística da enunciação, primeiro, o suporte conceptual para o ensino-aprendizagem de língua, uma vez que já foi sobejamente demonstrado que o modelo de ensino calcado numa concepção normativa não tem contribuído muito para uma formação lingüística satisfatória. A descrição da forma, quando bem entendida, é tarefa do lingüista. Ao aluno cabe transformar a língua em discurso, produzindo os sentidos e efeitos de sentido intencionados, agindo, desta forma, *com e sobre* a língua (no dizer de Possenti), bem como interagir com outros discursos na recepção e na produção, transformando cada ato de leitura ou de escrita em ato único, em atividade lingüística significativa. Conceber a leitura e a escrita como eventos (atos) enunciativos pode ser um ponto de partida para o professor descobrir formas de trabalhar com a linguagem em situações de uso, nas quais o aluno deixaria de ser elemento passivo para tornar-se sujeito do fazer lingüístico de sala de aula.

Quanto aos fatos lingüísticos a serem estudados, acreditamos como Flores⁴⁹ que “qualquer fenômeno que já tenha sido estudado por outras lingüísticas pode receber o ‘olhar’ da lingüística da enunciação basta que, para isso, seja contemplado com referência às representações do sujeito que enuncia, à língua e a uma dada situação”. E embora não haja modelos de análise consolidados, já que não nos servem os da lingüística estrutural, parece-nos que um leque de possibilidades de estudos enunciativos se abriu a partir de reflexões que trouxeram o sentido para o domínio do discurso.

Para finalizar, poderíamos nos perguntar: por que a escolha de Benveniste para pensar um suporte para uma lingüística aplicada, quando proliferam teorias com, talvez, o mesmo potencial? Talvez porque entendamos como Teixeira⁵⁰ (na fala de abertura do *1.º Colóquio Leituras de Émile Benveniste*) que “Benveniste não é apenas um autor que não cansamos de reler; é também um fundador da discursividade. A extraordinária potência de seu pensamento permite a produção de conhecimentos, em diferentes campos [...]”.

Notas

¹ Benveniste, 1989: 20. A entrevista de Pierre Daix com Émile Benveniste - Les

Lettres françaises, n. 1242 (24-30 de julho de 1968), p.10-13 - constitui o capítulo 1 de problemas de Lingüística Geral II.

² Percebe-se aqui claramente que Benveniste não está se referindo à faculdade ou propensão para a linguagem que nasce com o homem, mas à língua nascida do convívio social e cultural.

³ Benveniste, 1989: 23.

⁴ Benveniste, 1989: 63.

⁵ Benveniste, 1995: 47.

⁶ Benveniste, 1989: 21.

⁷ Benveniste, 1989: 21.

⁸ Saussure, 1987: 17.

⁹ Benveniste, 1989: 61.

¹⁰ Refere-se ao conceito de *valor (negativo e positivo)* do signo, fundamental na consideração da língua sob o ponto de vista do sistema. O signo significa em função de traços que o distinguem de outros signos; significa por aquilo que não é.

¹¹ Benveniste, 1989: 65.

¹² Benveniste, 1989: 63.

¹³ Benveniste, 1989: 63.

¹⁴ Benveniste, 1995: 45. Texto *Saussure após meio século*.

¹⁵ Da lingüística de Saussure, Benveniste (1995: 45) afirma: “Essa doutrina *enforma* de fato, de um modo ou de outro, toda a lingüística teórica de nosso tempo”.

¹⁶ Saussure, 1987: 21

¹⁷ O *lado executivo* é entendido no Curso (p. 21) como tudo que é ativo, na parte psíquica do circuito da fala.

¹⁸ Op. Cit.:27.

¹⁹ Op. Cit.: 28.

²⁰ Normand, 1996. Segundo a autora, esse artigo, apresentado em uma comunicação, integrou um projeto de estudo mais amplo sobre um conjunto de noções que passou a se designar por Teoria da Enunciação.

²¹ Normand, 1996: 131.

²² Benveniste, 1989: 65.

²³ Normand, 1996: 139.

²⁴ Benveniste, 1989: 66.

- ²⁵ Benveniste, 1989: 67.
- ²⁶ Benveniste diz que esta será uma semiologia de “segunda geração”, cujos instrumentos e o método poderão também concorrer para o desenvolvimento das outras ramificações da semiologia geral.
- ²⁷ Benveniste, 1995: 285.
- ²⁸ Normand, 1996: 145.
- ²⁹ Dosse, 1994: 62.
- ³⁰ Benveniste, 1995: 286-288. Nessa obra, dois textos são fundamentais para a descrição da subjetividade: *A natureza dos pronomes e Da subjetividade na linguagem*.
- ³¹ Cf. observa Lahud, 1979: 107, nota 44.
- ³² Benveniste, 1995. p. 256.
- ³³ Em relação à natureza e função desses signos, Lahud (1979), em *A Propósito da Noção de Déixis*, faz um estudo exaustivo.
- ³⁴ Benveniste, 1995: 289.
- ³⁵ Benveniste, 1995: 292.
- ³⁶ Op.cit.: 109.
- ³⁷ Benveniste, op.cit.: 280.
- ³⁸ Martins (1990), propõe alterações significativas em relação ao estatuto do *ele* no processo de enunciação, como o veremos a seguir.
- ³⁹ Benveniste, 1989; 84.
- ⁴⁰ Podem ser assim considerados todos os elementos lingüísticos dêíticos. Sobre essa questão ver Lahud (1979).
- ⁴¹ Benveniste, 1989: 84.
- ⁴² Benveniste, 1989: 90.
- ⁴³ Martins, 1990: 76.
- ⁴⁴ Para uma contextualização dos estudos de Benveniste ver Dosse (1994): Benveniste: a exceção francesa, cap.4:61-72.
- ⁴⁵ Flores, 2001: 58.
- ⁴⁶ Possenti, 1988: 49.
- ⁴⁷ Possenti, 1988: 56.
- ⁴⁸ Op.cit.: 57-58.
- ⁴⁹ Referência feita na nota n.45.
- ⁵⁰ In: Letras de Hoje, 2004, p.8.

Referências Bibliográficas

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. 4.ed., Trad. Maria da Glória Novak e Maria L. Neri. Campinas, São Paulo: Pontes, 1995.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral II*. Trad. Eduardo Guimarães et. al.. Campinas, São Paulo: Pontes, 1989.

DOSSE, François. *História do Estruturalismo. O canto do cisne, de 1967 a nossos dias*. V.2. São Paulo: Ed. Ensaio; Campinas, São Paulo: Ed. da Univ. Estadual de Campinas, 1994.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Princípios para a definição do objeto da lingüística da enunciação: uma introdução*. In: Letras de Hoje. PUCRS, Porto Alegre: EDIPUCRS, n.126, p.7-67, dezembro, 2001.

LAHUD, M. *A propósito da noção de dêixis*. São Paulo: Ática, 1979.

MARTINS, Eleni. *Enunciação e Diálogo*. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1990.

NORMAND, Claudine. *Os Termos da Enunciação em Benveniste*. In: OLIVEIRA, S.L., PARLATO, E.M., RABELLO, S.(org.) *O falar da linguagem*. São Paulo: Lovise, 1996.

POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo, Martins Fontes, 1993.

REVISTA LETRAS DE HOJE/Curso de Pós-Graduação em Letras PUCRS. Porto Alegre: EDIPUC, v. 39, n. 138, dez. 2004.